

O CONCEITO DE AÇÃO COLETIVA NA OBRA DE CHARLES TILLY

THE CONCEPT OF COLLECTIVE ACTION IN CHARLES TILLY'S WORKS

Barbara Goulart*

Introdução

Uma versão da história da minha carreira pode ser contada como uma longa e difícil escapada do reducionismo estrutural rumo ao realismo relacional.

A frase citada acima foi dita por Charles Tilly em entrevista realizada por Ângela Alonso e Nadya Guimarães em 2004. Argumento no presente texto que, para entender como o conceito de ação coletiva é interpretado e aplicado na obra *tillyana*, é necessário também compreender sua trajetória acadêmica. Partindo de uma premissa simples, de que a ação coletiva consiste na ação conjunta de diversos indivíduos em busca de um interesse comum (TILLY, 1978), Tilly

a complexifica em suas análises, incorporando dimensões do poder e da política. Assim, analisa as diversas formas que as ações coletivas podem tomar, em tempos e espaços diferentes. Paulatinamente, em sua carreira acadêmica, Tilly suaviza o seu estruturalismo e passa a pensar o “social” como espaço relacional e aberto a contingências e improvisações. Nesse sentido, Tilly passa a conceber a vida social como contínua improvisação a partir de repertórios de ação, eles mesmos em contínua transformação, de maneira incremental.

Vale a pena pontuar que, apesar das mudanças, ainda há um certo privilégio à dimensão estrutural na análise *tillyana*, havendo pouco espaço especificamente para a agência humana e para o indivíduo. Portan-

* Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), RJ, Brasil. E-mail: barbara_4578@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4648-558X>.



to, o foco de suas investigações raramente está no nível das interações propriamente ditas, e sim no próprio movimento histórico dos repertórios de ação coletiva, que mudam a partir de suas interações com processos macrosociais, como a industrialização, a parlamentarização etc. Assim, mesmo com o espaço limitado dado para o indivíduo e a agência, Tilly aumenta o peso em suas análises das crenças compartilhadas dos atores na definição dos repertórios.

A partir disso, é possível pensar, de maneira teórica, como a conceituação *tillyana* de ação coletiva muda ao longo das décadas, havendo diferenças significativas entre a produção *tillyana* dos anos 1960-1970 e os livros publicados nos anos 2000, em especial *Contentious Performances* (2008). Tilly começa sua carreira adotando uma perspectiva mais estruturalista, mas expande progressivamente o papel atribuído aos chamados “repertórios”, terminando por defender o que ele chama de “realismo relacional”. Ele argumenta, então, que as interações e laços sociais constituem a existência central da vida social (TILLY, 1998). Porém, ainda há uma continuidade no paradoxo do ator nas obras de Tilly (KRINSKY; MISCHÉ, 2013), onde permanece uma perceptível tensão entre as abordagens estruturalista e instrumentalista, buscando encontrar explicações generalizáveis de processos históricos ao mesmo tempo em que atenta para a especificidade histórica e o detalhe (STEINMETZ, 2010).

Para mostrar as mudanças e continuidades analíticas na trajetória de Charles Tilly, será necessário comparar os primeiros trabalhos às obras posteriores do autor, mostrando como o conceito de ação coletiva foi aplicado de diversas maneiras, primeiro utilizando uma perspectiva mais estruturalista e, posteriormente, um modelo muito mais

relacional e interativo. Como base para a presente análise, utilizo duas obras clássicas do autor: *From Mobilization to Revolution*, lançado ainda em 1978, e *Contentious Performances*, seu último livro, publicado em 2008, no ano de sua morte.

Enquanto Ângela Alonso (2012) analisou a utilização do conceito de repertório, criado por Charles Tilly, aqui trabalho com o conceito de ação coletiva, e busco também mostrar como a utilização desse conceito vai mudando na trajetória acadêmica do sociólogo. Por ser um conceito de uso mais amplo e fundamental na sociologia, enquanto repertório é um conceito muito associado à obra *tillyana*, será possível mostrar a fluidez do conceito de ação coletiva, podendo abarcar diversas práticas sociais e ser incorporado em diversas fases de sua carreira acadêmica. Assim, a ideia de ação coletiva aparece ainda no início de sua carreira, sendo preciso primeiro trabalhá-la em sua essência para depois incorporá-la na ideia de performance ou repertório, que surgem posteriormente. Portanto, o conceito de ação coletiva pode ser visto como seminal, tanto para a sociologia como para a própria trajetória de Charles Tilly, pois é mudando sua compreensão de ação coletiva que ele consegue trabalhar as ideias de performance e repertório.

Ao mesmo tempo, examino de maneira mais detida a última obra do autor, *Contentious Performances* (2008), que aparece brevemente no artigo de Alonso (2012). Examino também a primeira obra do autor, *The Vendée* (1964), a qual não foi analisada pela literatura brasileira, mas nela já aparece o conceito de ação coletiva, muito antes de aparecer a ideia de repertório ou performance. Por fim, incorporo no texto diversos comentaristas das obras de Tilly, incluindo autores brasileiros e estrangeiros,

colocando em diálogo diversas análises da trajetória tillyana. Muitos desses trabalhos – de Tilly e de seus comentaristas –, não estão disponíveis em português e foram pouco citados no Brasil.

1. A trajetória *tillyana*

A primeira grande obra de Tilly foi *The Vendée* (1964), resultado de sua tese de doutorado em Harvard. A obra tinha uma grande ênfase estruturalista, onde buscou mostrar a relação entre fatores estruturais, como a urbanização, e ações coletivas de confronto (o termo repertório ainda não era utilizado). O livro mostra que quando a revolução chegou às áreas urbanizadas da França elas se adaptaram às mudanças, enquanto nos ambientes apenas semiurbanizados houve forte oposição. Como concluiu Tilly:

A urbanização parecia relevante porque as cidades claramente desempenharam papéis diferentes e passaram por diferentes histórias recentes nas seções revolucionárias e contrarrevolucionárias da França ocidental, e porque muitos dos conflitos coletivos na região durante o início da Revolução opuseram grupos baseados no país contra grupos baseados na cidade (TILLY, 1964, p. vii, tradução minha¹).

Percebemos que a atenção do autor não estava nas formas de confronto coletivo, mas sim nos correlatos estruturais que permitiriam, ou não, a revolução. Como colocou, de maneira crítica, William Sewell (1996, p. 253), “encantado pela sua própria retórica universalizante, ele perseguiu a ideia de que atos de contestação política surgem de mudanças evolutivas graduais

em processos sociais amplos e anônimos”. É possível perceber claramente as limitações desse tipo de análise. Sidney Tarrow (2010, p. 5), importante parceiro intelectual de Tilly, no texto que escreveu em homenagem ao amigo, chegou à seguinte conclusão: “não havia como Tilly chegar a uma antropologia histórica do repertório através do tipo de história estruturalista que ele se engajou em *The Vendée*”.

Krinsky e Minsche (2013), antigos alunos de Tilly, defendem a obra, argumentando que já em *The Vendée*, é possível perceber o foco do autor no que está acontecendo dentro dos grupos e nas relações entre eles, evitando análises mais psicologizantes, sobre o que se passa na cabeça do indivíduo. Mais uma vez, segundo eles, desde o início é possível perceber o problema do ator como uma questão intrinsecamente relacional nas obras de Tilly. Apesar de *The Vendée* focar mais em estudos de comunidade em vez de análises de rede propriamente ditas, os autores argumentam que já haveria um fundo de análise de rede na obra inicial de Tilly, sendo considerada “*networky*” (KRINSKY; MINSCHÉ, 2013, p. 5).

Segundo esses autores, a perspectiva estruturalista de Tilly em *The Vendée*, em detrimento aos fatores culturais, seria uma maneira de criticar outros autores que teriam desconsiderado a complexidade e especificidade da ação coletiva.

Ele se concentra na decomposição de ‘grandes categorias de atores’ (camponeses, artesãos, burgueses, clero, nobres), usando compilações estatísticas para mostrar padrões complexos de relações ocupacionais, de vizinhança e matrimoniais, além de participa-

1. Todas as citações diretas sob autoria de Tilly (1964, 1997, 1998, 2007, 2008), Sewell (1996), Tarrow (2010), Krinsky, Minsche (2013), e Passy (2009), foram traduzidas pela autora deste artigo.

ção diferenciada em atividades revolucionárias e contrarrevolucionárias em diferentes regiões da França. Se Tilly coloca entre parênteses a questão do conteúdo cultural desses laços, é porque ele estava profundamente insatisfeito com o que considerava o caráter superficial da maioria dos relatos culturalistas e sua negligência com a complexidade e especificidade da ação coletiva (KRINSKY; MINSCHÉ, 2013, p. 5).

É preciso afirmar, no entanto, que os limites de *The Vendée* (1964) não estão apenas no apagamento de fatores culturais, mas sim propriamente da exclusão da dimensão processual da análise, além da negação da possibilidade de variação na ação coletiva. Nessa primeira obra, Tilly não aborda o fato de que os confrontos políticos podem se dar de diversas maneiras, a partir das escolhas dos grupos e indivíduos envolvidos, sendo necessário analisar como a ação coletiva de fato ocorre. Isso, porém, será feito de maneira detalhada quando Tilly começa a trabalhar com o conceito de repertório. Nessa obra inicial, os diferentes resultados nas ações coletivas dos grupos estudados no livro são resultantes quase que exclusivamente de variações na urbanização (TARROW, 2010). O próprio Tilly admitiria, anos depois, que seu foco excessivo na análise estatística – levando a uma busca constante por correlações –, em *The Vendée*, ignorava os processos transformativos e promovia uma simplificação prematura (TILLY; TARROW, 2015).

From Mobilization to Revolution (1978) é uma obra que apresenta uma análise muito mais detalhada e rebuscada, onde novos fatores são levados em consideração. Escrevendo um artigo com David Snyder (TILLY; SNYDER, 1972), Tilly percebeu que os ritmos de violência coletiva na França entre 1830 e

1960 seguiam o padrão das grandes mudanças políticas no país e poderiam ser compreendidos não como uma forma de desordem, mas justamente como uma forma de política (TARROW, 2010). Essa foi a origem do modelo de *polity* apresentado por Tilly no livro, levando-o a se aprofundar cada vez mais no estudo do confronto político.

Embora o conceito de repertório já apareça nessa obra de 1978, ele aparece de forma muito limitada e estruturada. Entre os repertórios de ação coletiva possíveis, Tilly diferencia apenas três tipos: os competitivos, os reativos e os proativos. As ações coletivas competitivas alegam possuir direitos sobre recursos também clamados por outros grupos, que os atores definem como rivais, competidores, ou ao menos participantes de uma mesma disputa. Ações coletivas reativas são aquelas em que o grupo pretende reafirmar direitos já estabelecidos, quando alguém os viola ou questiona. Ações coletivas proativas consistem na asserção de direitos que ainda não foram exercidos pelo grupo em questão (TILLY, 1978). Enquanto alguns associaram ao esquema um tom teleológico ou evolutivo, Tilly tratou de afirmar que as diferentes formas de ação coletivas não eram excludentes ou contínuas, podendo existir de forma conjunta (BRINGEL, 2012).

A variedade de ações coletivas possíveis parece implicar em diversas possibilidades de agir politicamente, originando variadas formas de greve, envio de petições, organização de grupos de pressão, além de outras maneiras de articular queixas e demandas (TILLY, 1978). Entretanto, Tilly sublinha que, em certos momentos históricos, a possibilidade da ação coletiva se torna bastante limitada. Como afirma o autor, uma prática que antes era muito comum na Europa – a destituição das autoridades governamentais por meio de rebeliões, resistindo até que as

suas demandas sejam respondidas –, não é mais praticada atualmente.

Falando claramente sobre o ideal revolucionário do século XIX, Tilly questiona por que a revolução não é mais uma possibilidade. O autor conecta a História com os estudos de cultura política. Nesse caso, podemos afirmar que o autor define os modos de ação coletiva como resultado do contexto histórico, onde, por meio da cultura política do momento, são limitadas ou expandidas as possibilidades de ação coletiva. Assim, o linchamento público, a quebra de máquinas, sequestros, motins e rebeliões fiscais não fazem mais parte do repertório de ação coletiva da maioria dos países contemporâneos. Podemos dizer, então, que, apesar da amplitude do conceito de ação coletiva, podendo abarcar diversos tipos de manifestações de grupos, na experiência real ela é limitada pelo contexto histórico presente. As estruturas sociais mudaram, mudando também a cultura política de uma geração, limitando as ações coletivas possíveis.

Buscando inspiração no modelo weberiano, Tilly explica que as formas de ação coletiva mudam de acordo com a sua rotinação, pois, conforme o uso, são adicionadas ao repertório as ações coletivas bem-sucedidas, e eliminadas as menos eficientes (ALONSO, 2012). Assim, quando as greves pararam de ter os resultados esperados, sendo respondidas com violência imediata e pela recusa dos patrões em aceitar as demandas dos grevistas, elas pararam de ser praticadas com regularidade, já perdendo parte de sua eficácia. Nesse primeiro momento, para Alonso (2012), a análise *tillyana* seria de um tipo de estruturalismo histórico, onde as formas de ação presentes se inventam no curso de conflitos políticos passados.

É importante sublinhar que isso significa que para Tilly o processo não se origina na mudança de mentalidades, como era comum ser defendido por alguns estruturalistas como Braudel ou até mesmo Lévi-Strauss. Para Tilly, a transformação histórica se inicia pela mudança nas práticas sociais, e no modo como as ações coletivas dos movimentos sociais são respondidas pelas autoridades do governo. Logo, a ação coletiva pode ser considerada o próprio gérmen da mudança social.

Para mensurar uma ação coletiva, o autor determina no livro *From Mobilization to Revolution* (1978) três fatores que devem ser olhados com atenção: a intensidade da ação, seu tamanho e sua duração. Junto com a importância da própria ação coletiva, Charles Tilly também se utiliza dos conceitos de interesse, organização, mobilização e oportunidade, como forma de explicar as práticas dos movimentos sociais. Esses conceitos formam uma estrutura teórica multidimensional, onde as ideias se relacionam de forma diversa, resultando em práticas sociais distintas.

Como afirma o próprio autor, o estudo da ação coletiva abrange os cinco componentes mencionados acima, incluindo a ideia de ação coletiva em si. A ideia de interesse consiste no cálculo dos ganhos e perdas resultantes da interação de um grupo com outros grupos. A organização consiste na estrutura do grupo em si, afetando diretamente sua capacidade de agir em nome de seus interesses. A mobilização é definida como o processo em que o grupo adquire controle coletivo sobre os recursos necessários para a ação, como armas, votos etc. (TILLY, 1978).

O conceito de oportunidade é o mais difícil de entender. De forma teórica é definido pela relação entre o grupo e o mundo à sua volta. Tilly explica que mudanças

na relação do grupo com os outros podem ameaçar ou intensificar as chances de atingir os seus interesses (TILLY, 1978). A forma de mensurar a oportunidade de um grupo consiste na análise conjunta de seu poder, da repressão e da facilitação por ele sofrida, e das ameaças ao seu redor. De fato, Tilly coloca os conceitos de ameaça e oportunidade em um mesmo conjunto, pois consiste na análise de possíveis fatores externos e reivindicações de outros grupos que possam melhorar ou piorar as chances de um grupo defender seus interesses.

Em *From Mobilization to Revolution* (1978), Charles Tilly relaciona esses conceitos, mostrando como as oportunidades disponíveis, a mobilização, os interesses e a organização do grupo resultam em ações coletivas diferentes, mais ou menos eficientes. A ação coletiva pode ser definida como o resultado conjunto desses diversos fatores atuando na realidade social. A partir dos interesses de certos indivíduos, um grupo é organizado; a partir das oportunidades disponíveis para a sua atuação, o grupo define a sua forma de mobilização, resultando nas diversas ações coletivas possíveis. É a partir da articulação desses conceitos teóricos que a ação coletiva concreta é analisada, formando a estrutura das práticas sociais.

Entretanto, o livro ainda tinha duas grandes limitações, como colocou Tarrow (2010). Em primeiro, os dados dos arquivos analisados exageravam o grau de violência, pois era o que interessava aos oficiais que mantinham o registro. Ademais, o status dos eventos registrados não estava claro. Os eventos poderiam ser performances isoladas ou parte de um episódio maior de confronto. Em segundo lugar, os registros de eventos e greves não eram capazes de abarcar as interações entre aqueles que protestavam e suas relações com as autoridades, outros grupos e a polícia.

Por isso, mesmo que mencione diversas vezes a importância dos interesses, organização, mobilização e oportunidade política na análise dos movimentos sociais, por causa da falta de dados disponíveis, o autor acaba por enfatizar os resultados quantitativos em vez dos qualitativos. Assim, o foco recai sobre a intensidade da ação, seu tamanho e sua duração. Apesar dos dados permitirem a percepção da relação entre *performances* individuais e variáveis socioeconômicas da época, eles não permitiam a formação de sequências e combinações dos mecanismos causais que produziram os episódios de confronto ao longo do tempo, e que viam a formar o repertório de confronto.

Como colocou Sidney Tarrow (2010), a forma completa de compreensão do conceito de repertório apareceu, pela primeira vez, apenas no livro *La France Conteste*, publicado em 1986. Isso deixa claro que, embora o conceito de repertório já apareça no livro *From Mobilization to Revolution*, publicado em 1978, Tilly ainda precisou avançar muito na sua conceituação. Entretanto, a partir das críticas colocadas a esse livro, é possível perceber o que faltava ser pesquisado:

Se é a interação coletiva que nos interessa, nosso foco deve estar nos verbos de ação que caracterizam as performances que ligam os reivindicadores a seus objetos e alvos – em suma, não quem são os atores ou onde estão estruturalmente incorporados na sociedade, mas o que eles fazem uns aos outros (TARROW, 2010, p. 10).

Em *Contentious Performances* (2008), principalmente, será possível ver esse trabalho realizado de maneira muito mais detalhada e sistemática, por meio das “descrições refinadas dos eventos”, que permite analisar a relação entre as diversas ações

coletivas e entre os atores sociais envolvidos, como será mostrado adiante.

2. A Sociologia encontra a História: grandes estruturas ou realismo relacional?

Uma das características presente em todas as obras de Charles Tilly é o método da sociologia histórica. Tilly acredita ser um erro a separação entre Sociologia e História, sendo necessário compreender ambas para se entender as grandes mudanças estruturais de nossa sociedade. A sociedade não existiria de forma autônoma e deslocada dos outros processos sociais, ela se transformaria, com o tempo, por meio de uma série de eventos e ações coletivas que são passíveis de análise.

Em seus primeiros textos, Tilly já enfatizava a necessidade de olhar comparativamente blocos substanciais de espaço e tempo, para que pudéssemos ver de onde viemos, para onde vamos, e quais são as reais alternativas para a nossa existência na condição presente (TILLY, 1983). Seguindo um modelo quase *braudeliano*, Tilly analisava as grandes mudanças ao longo do tempo, percebendo as transformações das estruturas sociais. Porém, enquanto a historiografia francesa estudava as mudanças estruturais de mentalidades a longo prazo, designando maneiras de pensar e viver de uma época inteira, Tilly utilizava a História para assinalar as mudanças estruturais nas formas específicas de agir politicamente (ALONSO, 2012). Além disso, Tilly também emprega o modelo comparativo, vendo as semelhanças e diferenças nas ações coletivas de diversos países. Assim, a ação coletiva não é um conceito estático, pois se manifesta de diversas formas no decorrer do tempo.

Nesse caso, o conceito de ação coletiva aparece como forma metodológica de unir a

História e a Sociologia, pois as ações originadas na sociedade são resultantes do contexto histórico em questão, que amplia ou limita as movimentações possíveis. Para o autor, foi no século XIX que se deram as grandes mudanças sociais que moldariam o mundo em que vivemos hoje. Seria necessário entender essas grandes mudanças, para que possamos entender as causas e efeitos do contexto histórico em que vivíamos antes, e do contexto em que vivemos hoje.

As ações coletivas aparecem como forma de manifestação dos indivíduos. E vendo-as de forma conjunta, contribuem para as grandes mudanças estruturais mencionadas por Tilly. A partir de ações em busca de interesses compartilhados, grupos podem provocar mudanças, e diversas mudanças articuladas podem provocar mudanças estruturais. Dessa maneira, Tilly analisa como a mobilização pode levar à revolução, como diz o próprio nome de seu livro, *From Mobilization to Revolution* (1978). Então, as ações coletivas fazem parte de um processo social maior.

A análise dessa mobilização inicial dos atores coletivos, leva em consideração a forma como os grupos sociais adquirem recursos e os utilizam para a própria ação coletiva. Como afirma o autor, seu livro busca entender os processos que levam da organização para a mobilização, da mobilização para a ação coletiva, e da ação coletiva para a revolução (TILLY, 1978). Partindo da análise de pequenos eventos, Tilly aumenta o escopo, buscando entender como essas movimentações se encaixam num processo revolucionário maior, característico do século XIX. Das insatisfações individuais, os atores se juntaram, atuando em favor de mudanças maiores durante aquele século, como a formação de Estados, a expansão do capitalismo ou a industrialização.

Podemos ter como exemplo o caso das greves, mencionado diversas vezes na obra *From Mobilization to Revolution* (1978). Enquanto cada greve era organizada separadamente, como pequenas ações coletivas de setores específicos da classe trabalhista, causando tumultos e caos nas empresas, Tilly nos mostra que gradualmente esse processo se rotinizou. Não que as greves passassem a ser mais calmas e menos agressivas, mas a repetição do processo fez com que a ação grevista adquirisse formatos pré-fixados, adquirindo jurisprudência própria e sendo objeto de estatísticas específicas (TILLY, 1978). Assim, o que antes eram casos específicos que causavam rebuliços entre patrões e governos, se torna característico do século XIX, ocorrendo diversas vezes e provocando mudanças significativas nas leis trabalhistas da época. Portanto, a ação coletiva que se inicia com poucos pode provocar maiores mobilizações, levando a transformações sociais profundas.

Dessa forma, é possível perceber uma tendência estruturalista nas primeiras análises de Tilly. Muitos já criticaram o viés estruturalista da fase inicial da obra *tillyana* (BRINGEL, 2012), porém creio que isso se dá não pelo caráter ontológico da obra, como afirmam os seus críticos, mas sim pela opção metodológica da sociologia histórica. Analisando uma mesma temática, a ação coletiva, e como ela se manifesta ao longo de um século, Tilly encontrou como solução teórico-metodológica inicial a recorrência à análise das grandes estruturas. Não que essas estruturas se movam de forma pré-estabelecida, ou de alguma forma evolutiva, mas fazem parte de movimentos reais e eventos históricos passíveis de uma análise mais extensa. Já em suas primeiras obras, o autor sublinha que a análise das grandes estruturas deve ser baseada no concreto, e não

no metafísico (como parecia ser a metodologia de Tilly para alguns de seus críticos). Essa análise do concreto consiste em entender tempos, lugares e pessoas reais, testando a coerência das estruturas e processos postulados em sua análise com as experiências sociais reais (TILLY, 1983).

Fica claro, todavia, que o conceito de repertório de ações coletivas inicialmente era aplicado de maneira limitada e era definido majoritariamente pela interação entre o Estado e seus opositores. Podemos ver nessa obra uma preferência pelo estudo das ações antigoverno, como revoluções, greves, motins etc. Assim como havia postulado Max Weber, Tilly (1978) reafirma que o governo seria o ator que controlaria os meios de coerção de uma sociedade. Para Tilly, a ideia de poder político está essencialmente relacionada às interações com o governo, já que seria o próprio Estado que controlaria os recursos disponíveis. Assim, quando um movimento sofre repressão, esta é, na maioria das vezes, exercida pelo Estado ou governo no poder. É possível supor que ações coletivas podem partir dos governantes também, ou de seus aliados. Entretanto, para Tilly, a repressão seria uma reação a um movimento provavelmente iniciado por outro ator político, contrário aos interesses das autoridades.

O repertório era entendido como um número limitado de sequências conhecidas de ação coletiva, disponíveis para os opositores do poder do Estado. Os modelos estabelecidos de ação coletiva mudavam como resultado do aprendizado coletivo e mudanças na estrutura social de apoio (TILLY, 1984). Assim, o aprendizado coletivo e a estrutura social cambiavam em um processo concomitante. Eles mudavam como um bloco que afeta as formas de ação coletiva popular. Analisan-

do a conceituação *tillyana*, Florence Passy (2009, p. 355) argumenta o seguinte:

Nessa concepção inicial, as mudanças nos repertórios de ação eram explicadas por uma visão limitada das interações sociais. Um relato bastante estrutural, combinado com uma adaptação instrumental dos conteúdos às mudanças na estrutura social, explicam a mudança no repertório de ação.

Essa conceituação era problemática, pois como admitiu o próprio Tilly (1997, p. 11), ela “não oferecia uma explicação causal coerente para mudanças nos repertórios”. Foi necessário, então, encontrar uma concepção mais profunda de interação social, combinando narrativas sociais e entendimentos compartilhados, ainda dentro da perspectiva da sociologia histórica. A solução encontrada por Tilly foi a opção metodológica pelo realismo relacional, fazendo emergir assim uma nova compreensão do conceito de repertório e de ação coletiva.

Os repertórios se baseavam em amplos entendimentos compartilhados sobre possíveis formas de ação e suas ligações com possíveis resultados, (...) eles consistiam em performances improvisadas bem definidas dentro de roteiros amplamente definidos, (...) cada performance ligava ao menos dois grupos de reclamantes mútuos, e (...) mudanças nas performances ocorriam como consequência de interações estratégicas entre as partes, tanto dentro como fora de momentos de contenção aberta (TILLY, 1997, p. 11).

Seguindo essa opção metodológica, no livro *Contentious Performances*, Tilly se utiliza do que ele chama de “descrições refinadas dos eventos” para explicar como ações, interações, performances e repertórios va-

riam e mudam (TILLY, 2008, p. 27). Também aponta para as mudanças significativas em performances e repertórios quando as estruturas de oportunidade política se transformam. Tilly argumenta que as transcrições dos eventos, realizadas coletivamente pelos membros de seu grupo de pesquisa, permitem uma conexão mais rica e sutil entre episódios políticos em seus contextos, maior do que as narrativas sequenciais permitiriam. O objetivo do autor é facilitar a conexão entre elementos particulares – as formações, ações, locações etc. –, com suas contrapartidas em outros episódios e com os contextos maiores nos quais ocorreram. Nesse sentido, o autor argumenta que seu método é antirreducionista e expansivo.

Essa abordagem rejeita uma crença comum: de que apenas analisando a consciência dos atores individuais e coletivos é possível desenvolver relatos causais confiáveis de suas ações. Ao mesmo tempo, Tilly não busca construir leis universais, aplicáveis a todas as ações coletivas. A perspectiva “social”, como espaço relacional e aberto a contingências e improvisações, torna-se mais presente na obra *tillyana*, pois o autor não busca realizar generalizações empíricas amplas e transnacionais, mas analisar os mecanismos causais e os processos em que diferentes combinações, sequências e condições iniciais produzem variação política e mudança social. Sidney Tarrow (2010, p. 10) elogiou a metodologia de Tilly:

Esse procedimento permitiu que Tilly examinasse a estrutura interna de cada reunião contenciosa (por exemplo, quantas formas discretas de ação coletiva ela continha, em que sequência elas ocorreram, quem usou quais formas de ação contra qual alvo?) e também analisasse as mudanças na natureza da política contenciosa britânica (e, por im-

plicação, também a política contenciosa moderna), ao longo do tempo.

Assim, como diz o próprio Tilly (2008), o método busca apresentar um meio termo entre dois extremos irreconciliáveis: as narrativas de ação em ação (como no modelo de E. P. Thompson, de análise dos movimentos operários) e a contagem de eventos abstratos, comuns nas análises estritamente quantitativas. É aí que o realismo relacional *tillyano* presente em suas últimas obras, mostra a sua força metodológica, pois é capaz de superar o dilema sociológico de ter que escolher entre o nível micro e macro de análise. Como colocou Tilly em outro texto:

Na análise relacional, os problemas micro-macro lógicos e ontológicos diminuem à insignificância em comparação com sua natureza quase intratável no individualismo fenomenológico, individualismo metodológico e holismo. Eles diminuem porque o realismo relacional se concentra em conexões que concatenam, agregam e desagregam prontamente, formando estruturas organizacionais ao mesmo tempo em que moldam o comportamento individual. Analistas relacionais seguem fluxos de comunicação, cadeias patrono-cliente, redes de emprego, conexões conversacionais e relações de poder da pequena à grande escala e vice-versa (TILLY, 1998, p. 41).

Apesar das mudanças, ainda é possível perceber o espaço reduzido dado à agência e especificamente ao indivíduo na análise *tillyana*. O conceito de repertório, embora abra espaço para a análise de processos macrosociais e improvisações, e até mesmo de crenças compartilhadas, ainda não é suficiente para tratar propriamente do indivíduo e da ação individual, e das interações em si mesmas.

O realismo relacional *tillyano* também tem em seu fundamento a ideia de mecanismo. Os mecanismos permitem a identificação direta de transações, interações, laços sociais e conversas em uma série de escalas diferentes, sem o recurso constante a “grandes estruturas”, ou inferências dos estados mentais dos atores. Envolve também uma epistemologia onde se aceitam categorias sociais como socialmente construídas, porém Tilly argumenta que isso não deve impedir nossa observação dos processos de construção social em si. Tilly argumenta que, em vez de nos perdermos no regresso infinito do ceticismo pós-moderno, devemos observar e compreender regularidades sociais dentro e entre os locais sociais, embora reconheça que esse entendimento nunca será perfeito e será sempre mediado por nossos próprios processos de construção social. Ele reconhece que as construções dos analistas são observáveis e passíveis de tipos paralelos de análise, mas simplesmente não se interessa por isso (KRINSKY; MINSCHÉ, 2013).

O realismo relacional permitiu que Tilly finalmente iluminasse os mecanismos causais que levam ao confronto político, e que também fazem parte da própria sequência de eventos presentes no confronto. Assim, ele pode compreender o modelo causal que permitiu mudanças nas relações políticas existentes e que pode também conectar esses mecanismos aos processos históricos maiores, presentes naquele período (TILLY, 2008). Isso levaria a uma análise mais refinada dos mecanismos internos dos episódios de confronto, delineando a progressão histórica de diferentes modos de interação confrontacional, que constituem as ações coletivas, que são posteriormente organizadas em grupos de repertórios de confronto de longa duração.

Ademais, em vez de limitar os repertórios em três tipos – competitivos, reativos e proativos –, como havia feito em *From Mobilization to Revolution* (1978), Tilly explora em profundidade a ideia de performance, mostrando ser possível a existência de diversos repertórios distintos. As performances são formas aprendidas historicamente de reivindicação coletiva, que limitam as opções de ação disponíveis para os reivindicadores. Tilly (2008, p. 5) continua:

As pessoas fazem reivindicações com palavras como condenar, opor-se, resistir, exigir, suplicar, apoiar e recompensar. Também fazem reivindicações com ações como atacar, expulsar, desfigurar, xingar, aplaudir, jogar flores, cantar canções e carregar heróis nos ombros.

A partir disso, é possível concluir que as performances são, em grande parte, os verbos que fazem parte da ação coletiva. Esses mesmos verbos são capazes de relacionar os diversos atores envolvidos, pois para entender uma performance de resistência (aqui o verbo seria “resistir”), por exemplo, é preciso entender quem resistiu, como resistiu, a quem resistiu e por que resistiu. Por isso, a ideia de performance acaba aumentando o escopo de repertórios possíveis – os verbos existentes nos confrontos são muitos –, e também os relaciona diretamente à análise das interações e relações entre os atores sociais envolvidos, o que permite entender também os mecanismos causais dos confrontos coletivos e também como eles mudam ao longo do tempo.

Em *Contentious Performances* (2008), Tilly admite ainda limitar a análise das performances para somente aquelas envolvendo o Estado, mas ressalta que isso é apenas porque o Estado monitora, regula e interfe-

re se as reivindicações se tornarem imprevisíveis (TILLY, 2008). Ao mesmo tempo, Tilly amplia a sua análise, incluindo em sua ideia de performance, todos os eventos de confronto, mesmo aqueles que não são realizados por movimentos sociais, como revoluções, terrorismo, greves, rebeliões, episódios nacionalistas etc.

O autor explica que diversas performances realizadas conjuntamente formam um episódio. Entretanto, este ocorre dentro de um espaço temporal limitado. Para entender as sequências históricas a longo prazo – o que é sempre o objetivo da sociologia histórica –, é necessário entender a relação entre os confrontos coletivos adotados e aqueles esperados, abarcando assim o seu caráter improvisado, e mostrando como novas performances surgem e se estabelecem no decorrer do tempo, formando assim um repertório. É por isso que Tilly diz que as performances se assemelham a um trio de jazz, pois este pode improvisar e tocar diversos arranjos musicais, porém, não existe uma infinidade de possibilidades. Os diversos arranjos estão dentro de um repertório limitado, onde os músicos podem escolher quais músicas serão tocadas em cada espetáculo e em qual ordem (TILLY, 2008).

Aí sim, chegamos ao conceito de repertório da ação coletiva, que seria o resultado de um conjunto de performances realizadas em um espaço temporal mais largo. Em *Contentious Performances*, o conceito de repertório é definido novamente: “Rotinas de reivindicação que se aplicam aos mesmos pares reclamante-objeto: padrões e trabalhadores, camponeses e proprietários. Facções nacionalistas rivais e muito mais” (TILLY, 2008, p. 14). Esse autor argumenta que os regimes políticos permitem certas performances e proíbem outras, e a história de confronto do país limita as possi-

bilidades de ação. E mudanças nas oportunidades políticas também encorajam certas ações e desencorajam outras. A partir disso, Tilly argumenta que as performances de confronto mudam incrementalmente, como resultado de experiência acumulada e constrangimentos externos, e não como resultado do que ele chama de “grandes eventos” (TILLY, 2008, p. 5).

3. Finalmente, o conceito de repertório

Agora que compreendemos a ideia de ação coletiva utilizada por Tilly no início de sua carreira, é preciso pensar em como esse conceito foi trabalhado no final de sua trajetória acadêmica. Aí sim, é preciso examinar também o conceito de repertório. Ainda em suas primeiras obras, Tilly havia mostrado que participantes de insurreições e conflitos locais seguiam roteiros previamente formulados de atuação política. Esses roteiros eram depois adaptados para mobilizar novas ações coletivas, mudando apenas de pouco a pouco. A partir dessa ideia, surgiu o conceito *tillyano* de repertório. “Como trupes de músicos de rua, os franceses extraíam suas performances reivindicativas de um repertório padronizado e limitado” (TILLY, 2008, p. xi).

As formas de ação coletiva possíveis em certo momento da História, são vinculadas exatamente ao conceito de repertório, que unifica as movimentações prováveis dos atores sociais. Alonso (2012, p. 23) resume assim: “o repertório é, então, um conjunto de formas de ação”. A partir da influência de Weber, Tilly (1978) argumenta que os repertórios são “rotinizados”, onde as ações coletivas bem-sucedidas são incluídas no repertório e aquelas que fracassam repetidas vezes são excluídas. Para Tilly, a ação coletiva é produzida pela sociedade e limitada pelo contexto histórico.

Alonso (2012) sublinha que a ideia de repertório também ressalta a temporalidade lenta das estruturas culturais, mas abre espaço aos agentes, pois estes são obrigados a promover escolhas contínuas de como agir politicamente, conforme as oportunidades e ameaças cambiantes. Assim, ao mesmo tempo em que a ideia de repertório das ações coletivas limita as opções de atuação dos atores políticos, ela também reafirma a capacidade de escolha dos atores, pois é a partir da experiência real e individual que se determina a melhor forma de agir politicamente, de acordo com os recursos disponíveis naquele momento e de acordo com os bens coletivos que cada movimento social busca adquirir. Como exemplifica a autora, em contextos democráticos, passeatas são mais seguras que guerrilhas; em contextos repressivos, poderia ser o contrário (ALONSO, 2012). Os repertórios são definidos como formas de ação coletiva.

Ao longo dos anos, o conceito de repertório passou a ser utilizado por outros cientistas sociais. Analistas de políticas de confronto acabaram usando o conceito de forma ampla e variada. Entretanto, Tilly argumenta que o conceito foi muitas vezes empregado de maneira indiscriminada, pois sua aplicabilidade não foi testada em outras regiões e épocas. O termo foi simplesmente adotado para sinalizar o caráter repetitivo de reivindicações múltiplas, porém outros autores não trouxeram evidências que comprovassem ou negassem o pressuposto de que os repertórios, de fato, facilitavam ou canalizavam as reivindicações. Apesar de seus pedidos de verificação empírica, que comprovassem ou não a validade do conceito, ninguém apresentou evidências. Tilly resolve então testar seu próprio conceito. Foi assim que surgiu *Contentious Performances* (2008), que virá a ser o últi-

mo livro de sua longa carreira. “O resultado é esse livro, um esforço estendido em explicar, verificar e refinar os conceitos geminados de performances e repertório” (TILLY, 2008, p. xiv).

O livro analisa o que o autor chama de performances de confronto (na tradução de Alonso) – ou “*contentious performances*”, no original em inglês. Em cada tempo e espaço, as pessoas aprendem um número limitado de performances reivindicativas, e elas mantêm essas performances que são utilizadas nos momentos de reivindicação. Diversas performances adotadas conjuntamente formam um repertório. Performances de confronto mudam incrementalmente, como resultado da experiência acumulada e de constrangimentos externos. A curto prazo, no entanto, elas limitam fortemente as escolhas disponíveis para os reivindicadores em potencial. Tilly argumenta, então, que o confronto coletivo é produto de performances aprendidas e historicamente situadas.

Um dos principais objetivos do livro é mostrar como diferentes tipos de performances variam entre locais e mudam, com o tempo, formando assim repertórios distintos. Para isso, *Contentious Performances* (2008) se concentra na observação das interações entre diferentes atores políticos. Como em suas obras anteriores, Charles Tilly utiliza o método da sociologia histórica. Em vez de se ater à análise das consciências individuais ou da cultura local, Tilly analisa as grandes mudanças ocorridas, percebendo as transformações das estruturas sociais. O autor emprega o modelo comparativo, vendo as semelhanças e diferenças nas ações coletivas de diversos países, baseando-se em eventos reais, pois isso possibilita a detecção de padrões recorrentes. O livro enfatiza a história da Grã-Bretanha entre os

séculos XVIII e XIX, além de fazer comparações com a Irlanda, França e as colônias britânicas que viriam a formar os Estados Unidos da América. Esses exemplos colocam as performances de confronto em perspectiva histórico-comparativa.

A metáfora teatral do conceito de performance e repertório parece bastante apropriada para a sua análise, pois salienta o caráter redutivo, previamente aprendido, mas também improvisado das interações políticas diárias. Repertórios são grupos de ferramentas disponíveis para serem utilizadas pelos atores políticos interessados. Há circunstâncias particulares para a utilização de cada ferramenta. Ademais, as ferramentas têm mais de uma função, e sua eficácia relativa depende da combinação entre ferramentas, tarefas e usuários (TILLY, 2008). A organização de regimes políticos nacionais afeta fortemente o conteúdo dos repertórios de confronto. Em particular, dois fatores fazem uma grande diferença: a capacidade do governo de intervir nas disputas diárias, e o grau de democracia do regime (TILLY, 2008).

Em *Contentious Performances* (2008), Tilly argumenta que fenômenos de confronto público e coletivo envolvem quase sempre fortes repertórios. Essas performances e repertórios são causalmente coerentes, pois resultam de mecanismos básicos e produzem efeitos similares em diversas circunstâncias, e simbolicamente coerentes, frutos da ação humana que classifica eventos como similares (sendo ou não causalmente coerentes). Ademais, a existência de repertórios e performances constrange as reivindicações coletivas.

Esse argumento é bastante distinto do que havia sido escrito em *From Mobilization to Revolution* (1978). Embora a ideia de repertório esteja presente nesse primeiro li-

vro, ela ainda não está conectada ao conceito *tillyano* de performance. Ao mesmo tempo, enquanto em 1978 Tilly falava em repertórios de ação coletiva, aqui em 2008, Tilly fala em repertórios de confronto. Neste último caso, os repertórios são definidos pela relação entre o grupo e o conflito em questão (ALONSO, 2012). Assim, neste artigo, mostrei que mudanças significativas foram trazidas por Tilly, ao longo dos anos, para o conceito de repertório e de ação coletiva. Isso ocorre a partir de uma mudança na trajetória acadêmica de Charles Tilly, onde novos questionamentos de pesquisa o levaram a adotar uma nova metodologia, mudando também a sua conceituação teórica.

4. As últimas conclusões de Tilly

De maneira geral, seu último livro, *Contentious Performances* (2008), conclui que as performances na Grã-Bretanha do século XVIII eram paroquiais, particulares e bifurcadas. Paroquiais porque se concentravam em alvos locais, baseados em grupos locais em vez de segmentos de grupos regionais e nacionais. Particular porque tinha formas de ação altamente diferenciadas para cada grupo, situação e localidade. Bifurcadas porque dividiam entre ação direta em relação a objetos de reivindicação próximos; e ação mediada por dignitários e poderosos em relação a objetos de reivindicação distantes. Entre os exemplos mostrados por Tilly, estavam as ações diretas contra ofensores morais, como o escárnio e o ostracismo. Outros exemplos eram a desapropriação de alimentos em tempos de fome, e o corte de linhos de algodão nas fábricas por trabalhadores insatisfeitos. Todo o repertório de ações coletivas da época enfatiza o ofuscamento das distinções entre público e privado.

Em contraste, as performances do século XIX eram relativamente cosmopolitas, modulares e autônomas. Eram cosmopolitas, ao referir-se com frequência a interesses e questões que diziam respeito a muitas localidades ou afetavam centros de poder. Eram modulares, por serem facilmente transferíveis de um local ou circunstância para outros. Assim, as mesmas ações eram utilizadas para resolver questões distintas. Eram autônomas, por começarem por iniciativas dos próprios reivindicadores e estabelecerem contato direto entre estes e os centros de poder nacionalmente significativos. Tilly conclui que enquanto no século anterior as ações eram altamente violentas, no século XIX elas são muito mais pacíficas, enfatizando os aspectos de barganha e apoio, em vez de ataques pessoais contra os alvos das críticas. A crescente saliência do parlamento nas questões públicas aparece como causa e efeito dessa mudança. Exemplos de performances presentes no repertório do século XIX são as greves, protestos, campanhas eleitorais, reuniões públicas, petições e, principalmente, os movimentos sociais.

Tilly mostra que o complexo de performances que chamamos de movimento social começou a se estabelecer no final do século XVIII e se consolidou na Grã-Bretanha antes de 1850. Diferente de repertórios populares anteriores, o movimento social efetivamente combinou três elementos: 1) Campanhas contínuas de reivindicações contra detentores de poder, para avançar programas como reforma parlamentar e abolição da escravidão; 2) Demonstrações frequentes do que Charles Tilly chama de "*WUNC – collective worthiness, unity, numbers and commitment*", ou valor coletivo, unidade, números, e compromisso com a causa. 3) Emprego de um repertório distintivo: o movimento social incluía não ape-

nas protestos, mas também reuniões públicas, petições, declarações públicas, exposição de símbolos de filiação pessoal, e a formação de associações especializadas, devotadas à causa em questão (TILLY, 2008). Três variantes dos protestos de rua são familiares até hoje: a marcha disciplinada em ruas públicas, a ocupação organizada de espaços públicos, e a combinação dos dois.

Assim, em *Contentious Performances* (2008), o autor relata o longo processo histórico de criação dos movimentos sociais, que formariam um tipo específico de repertório. Três grandes mudanças contribuíram para a nacionalização da participação popular no final do século XVIII: expansão comercial, proliferação das comunicações e parlamentarização (não havia mais governantes hereditários, apenas políticos eleitos). É possível dizer que a partir do final do século XVIII, radicais britânicos defenderam o direito das pessoas de se comunicarem diretamente com seus governantes, e até mesmo de instruí-los. Os protestos de rua iniciaram – sem mediação ou consentimento das autoridades nacionais –, a efetivação do direito a voz popular.

Os movimentos simbolizaram a reivindicação implícita de soberania popular: o direito de pessoas comuns de comunicarem suas preferências políticas e a partir disso formarem o sistema de governo. Nas mãos de empreendedores políticos capazes, os movimentos sociais se tornaram um significativo meio de poder popular. Apesar das autoridades reais britânicas do século XIX unirem todos os esforços para bloquear a participação popular em protestos, elas não conseguiram esvaziar as ruas ou encontrar um pretexto legal para invocar o Riot Act, lei britânica que autorizava a dispersão forçada de multidões que provocam tumultos e violência. Durante esse século, o protes-

to de rua adquire uma forma coerente e um estatuto legal.

Considerações finais: por onde continuar?

Neste artigo, argumentei sobre a importância do conceito de ação coletiva na trajetória *tillyana*, estando presente desde o início de sua carreira. Através da análise da mudança na ideia de ação coletiva nas obras de Tilly, foi possível compreender melhor a inflexão teórico-metodológica em suas análises. Assim, a compreensão do conceito de ação coletiva nos ajuda a entender melhor a construção de dois conceitos caros à carreira de Tilly, repertório e performance, que viriam a surgir apenas posteriormente.

A partir do presente trabalho, percebemos a fluidez do conceito *tillyano* de ação coletiva, podendo abarcar diversas práticas sociais, como passeatas, motins, greves etc. Em *From Mobilization to Revolution* (1978), Tilly nos mostra o que essas ações têm em comum: a reivindicação de interesses públicos, buscando adquirir novos bens coletivos que beneficiem o grupo em questão. Nessa obra, o conceito de ação coletiva une esses eventos aparentemente dispersos e específicos em uma dimensão maior, que é característica dos movimentos sociais: a dimensão política. Assim, é por meio da ação coletiva que os movimentos sociais se inserem na política, divulgando suas reivindicações e representando publicamente a sua causa. Contudo, é apenas em *Contentious Performances* (2008) que Tilly nos mostra como diversas ações coletivas praticadas em conjunto podem ser consideradas performances; e que performances praticadas com frequência formam um repertório específico. E esse repertório muda entre os séculos XVIII e XIX, como ele mostrou no caso britânico.

Ao mesmo tempo, vale a pena lembrar que Charles Tilly teve que dialogar com outros debates sociológicos de seu tempo. Um deles foi a chamada “virada cultural” (ALEXANDER, 1987) e a ascensão dos chamados “novos movimentos sociais” (TOURAINE, 1988). Para os culturalistas do período, Tilly daria excessiva ênfase à questão de classe no estudo de ações coletivas. Argumentavam que outras identidades, como raça, etnia, nacionalidade, religião e gênero, deveriam ser consideradas na análise, sendo igualmente ou até mesmo mais importante para a compreensão dos processos sociais. Outros foram além, argumentando que não seria possível compreender os movimentos sociais a partir de uma perspectiva externa, enfatizando assim as dinâmicas de poder dentro das próprias ciências sociais. Nessa interpretação, as tentativas de se compreender sociologicamente as subjetividades resultariam em construções sociais baseadas em hierarquias de poder dentro da própria academia (KRINSKY; MINSCHÉ, 2013).

Tilly se engajou nesses debates mantendo a defesa da categoria de classe como fundamental para a compreensão dos processos sociais. Entretanto, tendo pouco sucesso com essa abordagem, acabou por argumentar que o seu próprio trabalho já estava orientado a uma ideia de cultura, anteriormente negada por seus críticos. Assim, ele passa a misturar de maneira mais explícita em sua análise o conteúdo cultural, definido por ele como as construções de histórias sobre as justificativas para categorias e desigualdades, com as transações de custo-benefício e interesse (KRINSKY; MINSCHÉ, 2013). Isso aparece de maneira evidente em *Durable Inequality* (1998). Dessa forma, Tilly conseguiu enfrentar as principais questões sociológicas de seu tempo, permanecendo extremamente relevante na socio-

logia e ajudando a modelar os campos da ação coletiva, dos movimentos sociais e da sociologia histórica.

Tilly descobriu o que ele definiu como a invenção do movimento social nacional. Seus dados não apenas mostram que o modo de fazer reivindicações havia se transformado desde o século XIX, mas mostra também que a gama de performances no repertório havia mudado em direção a uma combinação de associações, campanhas e exibições “ostentosas” de dignidade, unidade, números e compromisso, “*worthiness, unity, numbers, and commitment*” no original, ou “WUNC” (TILLY, 2004), mencionados anteriormente. Isso é exatamente o que a maioria dos sociólogos compreende como movimentos sociais hoje. Ao mesmo tempo, Tilly faz uma clara distinção entre esse modelo contemporâneo de movimento social e os modos anteriores de protesto e petição. Assim, os movimentos sociais passam a ser vistos como parte de processos sociais históricos mais longos e complexos, e que mudam ao longo do tempo.

É preciso ainda, analisar como esse processo ocorre em outros países. As mesmas performances foram repetidas em outros locais ou formaram-se repertórios distintos? Apesar da análise dos dados sobre a Grã-Bretanha ser bastante minuciosa em *Contentious Performances* (2008), permanece em aberto o padrão de repertórios de confronto presentes na França, por exemplo – país estudado por Tilly no início de sua carreira. A natureza incremental da história política britânica afetou dramaticamente a teoria *tillyana* de que os repertórios mudam incrementalmente. Assim, será que os repertórios também mudariam de maneira incremental em país com turbulências históricas como a França? Ademais, seria necessário mostrar também co-

mo eventos de ruptura na França, como a Comuna de Paris, os *fronts populaires* e o regime de Vichy, afetaram as mudanças muito mais lentas de repertório, no caso britânico (TARROW, 2010).

Sabia Tilly que o padrão de repertório francês seria bastante diferente. Ele nos mostra que o surgimento de movimentos sociais depende da presença substancial de direitos políticos, como o direito de associação, reunião e de se comunicar coletivamente. Assim, no final de *Contentious Performances* (2008), Tilly menciona que na França, por causa da repressão política durante o período napoleônico, os movimentos sociais só se estabeleceram como instrumento político no final do século XIX e início do XX. E no decorrer da ocupação nazista, os movimentos voltaram a diminuir de tamanho (TILLY, 2008). No livro *Democracy* (2007), o autor também menciona o caso francês:

A França (...) refuta qualquer noção de democratização como um processo gradual, deliberado e irreversível ou como um conjunto prático de invenções políticas que um povo simplesmente assenta no lugar quando está pronto (...). Ela mostra a importância crucial da luta e do choque tanto para a democracia quanto para seus reveses (TILLY, 2007, p. 33).

Entretanto, uma análise mais detalhada nunca foi feita. Como explicar os repertórios de confronto em países com governos autoritários? Também permanece sem resposta o processo de aparição de movimentos sociais em países com grande legado repressivo. A partir disso, talvez seja possível pensar no caso brasileiro. Como explicar a proliferação de movimentos sociais no Brasil justamente no período de maior re-

pressão, como a ditadura militar, por exemplo? Para esses questionamentos, termino aqui com a sugestão dada pelo próprio Tilly (2008, p. 211): “Se as fraquezas de [minha] abordagem inspirarem meus leitores a inventar métodos diferentes e superiores para investigar performances contenciosas, eu os encorajarei”. Assim, só nos resta retomar o legado de Tilly e aprofundá-lo em nossas análises.

Referências

- ALEXANDER, J. O novo movimento teórico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Luís-MA, v. 2, n. 4, p. 5-28, 1987.
- ALONSO, A. “Repertório, segundo Charles Tilly: História de um conceito”. *Revista Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 2, nº 3, p. 21-41. 2012.
- ALONSO, A.; GUIMARÃES, N. A. “Entrevista com Charles Tilly”. *Tempo Social*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 289-297, 2004.
- BRINGEL, B. “Com, contra e para além de Charles Tilly: mudanças teóricas no estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais”. *Revista Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 43-67, 2012.
- KRINSKY, J.; MISCHÉ, A. Formations and formalisms: Charles Tilly and the paradox of the actor. *Annual Review of Sociology*, San Mateo-USA, v. 39, p. 1-26, 2013.
- PASSY, F. “Charles Tilly’s Understanding of Contentious Politics: A Social Interactive Perspective for Social Science”. *Swiss Political Science Review*, Zürich-SWI, v.15, n. 2, p. 351-359, 2009.
- SEWELL, W. H., Jr. “Three Temporalities: Towards an Eventful Sociology”. In: Mc DONALD, *The Historical Turn in the Social Sciences*, Michigan: University of Michigan Press, 1996, p. 245-280.
- STEINMETZ, G. Charles Tilly, German Historicism, and the Critical Realist Philosophy of Science. *The American Sociologist*, v. 41, p. 312-336, 2010.

TARROW, S. "Charles Tilly and the Practice of Contentious Politics: From France to England [Not quite] Back Again", *Histoire@Politique*, Paris, n. 10, p. 1-19, 2010.

TILLY, C. *Contentious Performances*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

TILLY, C. *Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

TILLY, C. *Social Movements, 1768-2004*. Boulder, CO: Paradigm, 2004.

TILLY, C. *Durable Inequality*. Berkeley: University of California Press, 1998.

TILLY, C. *Roads from Past to Future*. Lanham: Rowman and Littlefield, 1997.

TILLY, C. *La France Conteste: de 1660 à nos jours*. Paris: Fayard, 1986.

TILLY, C. *Big structures, large processes, huge comparisons*. Nova York: Russel Sage, 1984.

TILLY, C. *From Mobilization to Revolution*. Nova York: Random House, 1978.

TILLY, C. *The Vendée*. Cambridge: Harvard University Press, 1964.

TILLY, C. "Micro, Macro or Megrim?" *In*: SCHLUMBOHM, J. (ed.), *Mikrogeschichte – Makrogeschichte: komplementär oder inkommensurabel?* Göttingen: Wallstein Verlag; Göttinger Gespräche zur Geschichtswissenschaft, v. 7, 1998, p. 35-51.

TILLY, C.; SNYDER, D. "Hardship and Collective Violence in France, 1830 to 1960". *American Sociological Review*, v. 37, Michigan, University of Michigan, 1972.

TILLY, C.; TARROW, S. *Contentious Politics*. Oxford-UK: Oxford University Press, 2015.

TOURAINÉ, A. *O pós-socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

RESUMO

O objetivo do artigo é mostrar as mudanças e continuidades analíticas na trajetória de Charles Tilly, a partir do estudo da utilização do conceito de ação coletiva nas obras do autor. Para isso, é feita uma comparação entre os primeiros trabalhos e as obras posteriores, mostrando como o conceito de ação coletiva foi aplicado de diversas maneiras, primeiro utilizando uma perspectiva mais estruturalista, e posteriormente um modelo muito mais relacional e interativo. Analiso obras clássicas do autor, como *From Mobilization to Revolution* (1978) e *Contentious Performances* (2008), e também obras menos conhecidas, como *The Vendée* (1964), onde já aparece o conceito de ação coletiva, muito antes de aparecer a ideia de repertório ou performance. Incorporo outros trabalhos ainda pouco conhecidos de Tilly, além de comentários de diversos autores que não estão disponíveis em português e foram pouco citados no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE

Charles Tilly. Ação coletiva. Repertório. Confronto político. Movimentos sociais.

ABSTRACT

The aim of the article is to show the analytical changes and continuities in Charles Tilly's trajectory, following the study of the use of the concept of collective action in the author's works. For this, a comparison is made between Tilly's first works and his later works, showing how the concept of collective action was applied in different ways, first using a more structuralist perspective and later, a much more relational and interactive model. I analyze classic works by the author, such as *From Mobilization to Revolution* (1978), and *Contentious Performances* (2008); and also examine lesser-known works, such as *The Vendée* (1964), where the concept of collective action already appears, long before the idea of repertoire or performance existed. I incorporate others of Tilly's works, still little known, and also commentaries from several authors that are not available in Portuguese and were rarely cited in Brazil.

KEYWORDS

Charles Tilly; collective action; repertoire; contentious politics; social movements

Recebido em: 07/10/2022

Aprovado em: 13/12/2022

